



O jornal diário dos ancepianos.
6 de maio - 8h30

COMITÊ DA PREVIC AVALIA RISCOS E ABRE ESTUDOS E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO



NOTA DA PREVIC informa que em reunião em meados de abril o Comitê Estratégico de Supervisão (COES) analisou os principais riscos inerentes às atividades das entidades, tendo ao final deliberado ações para a sua mitigação. Foram definidas a realização de estudos sobre temas específicos até procedimentos de fiscalização naquelas EFPCs de maior risco.

Foram discutidos os cenários econômicos interno e externo, com destaque para a influência da queda taxa de juros nos planos de benefícios, a expectativa de crescimento da economia sobre os investimentos do segmento de previdência complementar e a evolução dos indicadores de solvência, de liquidez e de risco de crédito, inclusive com o uso de informações do Sistema Central de Risco (SCR) do Banco Central. Também foram debatidas a performance do segmento em relação a taxas de referência de mercado (benchmarks) e a aderência das taxas atuariais às rentabilidades das carteiras.

Outras questões de análise foram os principais impactos que a Resolução CGPAR nº 25/2018 trará para o segmento, a evolução dos equacionamentos em curso e as regras de modelagem contidas em regulamentos.

O COES é composto pelos membros da Diretoria Colegiada e pelo Coordenador Geral de Inteligência e Gestão de Riscos da Previc. Em adição, participam também os coordenadores-gerais das áreas finalísticas e os supervisores dos escritórios regionais de representação. O comitê busca o aprimoramento do modelo Supervisão Baseada em Risco e faz parte do pilar "Supervisão Prudencial".

Desafios 2019: seminário será apresentado em BH

A Mercer e a Ancep vão levar a Belo Horizonte uma apresentação do seminários "DESAFIOS EFPCs 2019: Investimentos e Solvência", que acontecerá no dia 21 de maio, no auditório da Fundação Libertas.

O evento, que apresenta o "estado da arte" de cinco temas oportunos para o segmento de previdência complementar – desde as diretrizes de investimentos à sustentabilidade dos planos – teve grande sucesso em fevereiro e março, em cinco capitais: Porto Alegre, Recife, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

o foco do evento estará direcionado em boa parte para a avaliação na sustentabilidade do sistema, algo que no fundo é o que mais interessa saber nesse momento.

e-Financeira: orientação chega no momento certo

No último dia útil de agosto as entidades estarão entregando o e-Financeira - Módulo de Previdência Privada. Nada mais oportuno, portanto, do que o ciclo de seminários que a ANCEP estará apresentando nos meses de maio e junho para orientar os ancepianos a respeito. Uma orientação não apenas oferecida no momento certo, mas também vinda de fonte segura e garantidamente técnica.

Uma orientação segura no momento certo que ao mesmo tempo ajuda contadores, dirigentes e conselheiros a somar 8 pontos nos programas de educação continuada do CFC e do ICSS, algo que todos sabemos ser fundamental, considerando o número mínimo de créditos que necessitam ser acumulados a cada ano.

O ciclo de seminários **e-Financeira – Módulo de Previdência Privada**, apresentado por Edgar Grassi (FOTO), conselheiro da ANCEP e Diretor de Administração e Seguridade da CBS Previdência, terá início no próximo dia 10, em **Fortaleza**, no auditório gentilmente cedido pela Capef, seguindo-se em 24/05 – **Curitiba** – Fusan; 27/05 – **Rio de Janeiro** – Refer; 03/06 – **Recife** – Fachesf; 07/06 – **Florianópolis** – Fusesc; 17/06 – **São Paulo** – Funesp; 01/07 – **Salvador** – Bases; 05/07 – **Brasília** – Sistel e 12/07 – **Belo Horizonte** – Libertas.

Manual será liberado logo - Por outro lado, vem a notícia de que a Receita federal vai estar divulgando nos primeiros dias de maio o "Manual para Preenchimento do e-Financeira - Módulo de Previdência Privada", agora com orientações mais específicas para as entidades fechadas, uma vez que antes estava voltado mais para as abertas, explica Edgar Grassi (foto), conselheiro da ANCEP e expositor em eventos que a Associação promove sobre esse e outros temas técnicos.

Edgar e Leo Wagner Rodrigues, contador da Funcef, foram os dois a quem a ANCEP confiou a tarefa de negociar com a Receita a elaboração do Manual.

A tarefa foi cumprida ao longo do último mês, ainda a tempo, portanto, de ajudar os profissionais de nossas entidades fechadas no preenchimento e entrega, no último dia útil de agosto, do e-Financeira, relativo ao primeiro semestre de 2019.

Petros: STJ restabelece valor integral das contribuições para equacionamento de déficit

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, suspendeu decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que havia reduzido em 50% o valor das contribuições extraordinárias fixadas para o equacionamento de déficit do Plano BD da Petros relativo ao Sistema Petrobras, informa o **SITE CONSULTOR JURÍDICO**.

A decisão restabelece a integralidade das contribuições e vale até o trânsito em julgado da ação originária. De acordo com o ministro, a decisão do TJ-RJ teria efeitos extremamente danosos para a ordem econômica e social.

Segundo o ministro, ao reduzir "sem maiores considerações" o valor das contribuições extraordinárias na Petros, que tem um dos maiores planos de previdência complementar do país, o tribunal fluminense comprometeu a solvência e liquidez do próprio plano. "A ação do tribunal acabou dificultando a (re)constituição das reservas garantidoras dos respectivos benefícios, mas também, o que é mais grave, coloca em risco a segurança de todo o sistema de previdência complementar, cuja relevância é atestada pela própria Constituição Federal", aponta.

Fundos de pensão reverterem decisões favoráveis aos aposentados

Uma questão processual, definida pelo STF, tem sido decisiva para entidades fechadas de previdência privada e instituições financeiras conseguirem reverter condenações, algumas bilionárias, favoráveis a associações de aposentados no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ao dar a notícia o **VALOR ECONÔMICO** lembra que em 2014 o STF decidiu que associações só podem propor ações coletivas com autorização expressa de cada um de seus filiados.

Com base no precedente, a Caixa de Previdência Privada do Banco do Estado do Ceará (Cabec) anulou no fim do ano passado, por meio de ação rescisória, condenação em um processo movido pela Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado do Ceará (Afabec). A associação havia ganhado um processo para a complementação da aposentadoria de aproximadamente 600 filiados. Já o banco Santander obteve liminar em abril, também em ação rescisória, para suspender uma execução superior a R\$ 5 bilhões (valor de 2011) em uma execução (cobrança) movida em um processo da Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo (Afabesp).

O advogado que assessorou a Cabec, Leonardo Leal, sócio do Leal&Leal Advogados Associados, afirmou que o processo retornou à 9ª Vara do Trabalho de Fortaleza, que por sua vez determinou a remessa da ação para a Justiça comum - desde 2013 responsável pelas ações que tratam de contratos de previdência privada. "Agora a associação deve ser intimada a regularizar a questão processual dentro do prazo, caso tenha interesse em dar continuidade ao processo".